



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO ESPECIAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – PL 8046/2010

PROJETO DE LEI Nº 8.046 , de 2010

(Do Senado Federal)

#### EMENDA nº

Substitua-se todo o Título IX (Tutela de Urgência e Tutela de Evidência – arts. 269 ao 278) do PL nº 8046 de 2010, que trata do "Código de Processo Civil" (revoga a Lei nº 5.869, de 1973), pelo Livro III do atual CPC (Do Processo Cautelar – arts. 796 ao 889) e pelas disposições sobre a tutela antecipada do atual CPC (art. 273), conforme abaixo:

*“Art. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:*

*I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou*

*II - fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.*

*§ 1º Na decisão que antecipar a tutela, o juiz indicará, de modo claro e preciso, as razões do seu convencimento.*

*§ 2º Não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.*

*§ 3º A efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 588, 461, §§ 4º e 5º, e 461-A.*

*§ 4º A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada.*

*§ 5º Concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.*

*§ 6º A tutela antecipada também poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.*

*§ 7º Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.*

LIVRO  
DO PROCESSO CAUTELAR  
TÍTULO ÚNICO  
DAS MEDIDAS CAUTELARES  
CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

*Art. . O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.*

*Art. . Só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.*

*Art. . Além dos procedimentos cautelares específicos, que este Código regula no Capítulo II deste Livro, poderá o juiz determinar as medidas provisórias que julgar adequadas, quando houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação.*

*Art. . No caso do artigo anterior, poderá o juiz, para evitar o dano, autorizar ou vedar a prática de determinados atos, ordenar a guarda judicial de pessoas e depósito de bens e impor a prestação de caução.*

*Art. . As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa; e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal.*

*Parágrafo único. Interposto o recurso, a medida cautelar será requerida diretamente ao tribunal.*

*Art. . O requerente pleiteará a medida cautelar em petição escrita, que indicará:*

*I - a autoridade judiciária, a que for dirigida;*

*II - o nome, o estado civil, a profissão e a residência do requerente e do requerido;*

*III - a lide e seu fundamento;*

*IV - a exposição sumária do direito ameaçado e o receio da lesão;*

*V - as provas que serão produzidas.*

*Parágrafo único. Não se exigirá o requisito do no III senão quando a medida cautelar for requerida em procedimento preparatório.*

*Art. . O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.*

*Parágrafo único. Conta-se o prazo, da juntada aos autos do mandado:*

*I - de citação devidamente cumprido;*

*II - da execução da medida cautelar, quando concedida liminarmente ou após justificação prévia.*

*Art. . Não sendo contestado o pedido, presumir-se-ão aceitos pelo requerido, como verdadeiros, os fatos alegados pelo requerente (arts. 285 e 319); caso em que o juiz decidirá dentro em 5 (cinco) dias.*

*Parágrafo único. Se o requerido contestar no prazo legal, o juiz designará audiência de instrução e julgamento, havendo prova a ser nela produzida.*

*Art. . É lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la*

ineficaz; caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.

Art.. A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.

Art. . Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.

Art. . As medidas cautelares conservam a sua eficácia no prazo do artigo antecedente e na pendência do processo principal; mas podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas.

Parágrafo único. Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

Art. . Cessa a eficácia da medida cautelar:

I - se a parte não intentar a ação no prazo estabelecido no art. 806;

II - se não for executada dentro de 30 (trinta) dias;

III - se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.

Parágrafo único. Se por qualquer motivo cessar a medida, é defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento.

Art. . Os autos do procedimento cautelar serão apensados aos do processo principal.

Art. . O indeferimento da medida não obsta a que a parte intente a ação, nem influi no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar, acolher a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor.

Art. . Sem prejuízo do disposto no art. 16, o requerente do procedimento cautelar responde ao requerido pelo prejuízo que lhe causar a execução da medida:

I - se a sentença no processo principal lhe for desfavorável;

II - se, obtida liminarmente a medida no caso do art. 804 deste Código, não promover a citação do requerido dentro em 5 (cinco) dias;

III - se ocorrer a cessação da eficácia da medida, em qualquer dos casos previstos no art. 808, deste Código;

IV - se o juiz acolher, no procedimento cautelar, a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor (art. 810).

Parágrafo único. A indenização será liquidada nos autos do procedimento cautelar.

Art. . Aos procedimentos cautelares específicos, regulados no Capítulo seguinte, aplicam-se as disposições gerais deste Capítulo.

## CAPÍTULO II

### DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS

#### Seção I

##### Do Arresto

Art. . O arresto tem lugar:

I - quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado;

*II - quando o devedor, que tem domicílio:*

*a) se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente;*

*b) caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens que possui; contrai ou tenta contrair dívidas extraordinárias; põe ou tenta pôr os seus bens em nome de terceiros; ou comete outro qualquer artifício fraudulento, a fim de frustrar a execução ou lesar credores;*

*III - quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los, hipotecá-los ou dá-los em anticrese, sem ficar com algum ou alguns, livres e desembargados, equivalentes às dívidas;*

*IV - nos demais casos expressos em lei.*

*Art. . Para a concessão do arresto é essencial:*

*I - prova literal da dívida líquida e certa;*

*II - prova documental ou justificação de algum dos casos mencionados no artigo antecedente.*

*Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.*

*Art. . A justificação prévia, quando ao juiz parecer indispensável, far-se-á em segredo e de plano, reduzindo-se a termo o depoimento das testemunhas.*

*Art. . O juiz concederá o arresto independentemente de justificação prévia:*

*I - quando for requerido pela União, Estado ou Município, nos casos previstos em lei;*

*II - se o credor prestar caução (art. 804).*

*Art. . Ressalvado o disposto no art. 810, a sentença proferida no arresto não faz coisa julgada na ação principal.*

*Art. . Julgada procedente a ação principal, o arresto se resolve em penhora.*

*Art. . Ficarà suspensa a execução do arresto se o devedor:*

*I - tanto que intimado, pagar ou depositar em juízo a importância da dívida, mais os honorários de advogado que o juiz arbitrar, e custas;*

*II - der fiador idôneo, ou prestar caução para garantir a dívida, honorários do advogado do requerente e custas.*

*Art. . Cessa o arresto:*

*I - pelo pagamento;*

*II - pela novação;*

*III - pela transação.*

*Art. . Aplicam-se ao arresto as disposições referentes à penhora, não alteradas na presente Seção.*

## *Seção II*

### *Do Seqüestro*

*Art. . O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o seqüestro:*

*I - de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações;*

*II - dos frutos e rendimentos do imóvel reivindicando, se o réu, depois de condenado por sentença ainda sujeita a recurso, os dissipar;*

*III - dos bens do casal, nas ações de separação judicial e de anulação de casamento, se o cônjuge os estiver dilapidando;*

*IV - nos demais casos expressos em lei.*

*Art. . Aplica-se ao seqüestro, no que couber, o que este Código estatui acerca do arresto.*

*Art. . Incumbe ao juiz nomear o depositário dos bens seqüestrados. A escolha poderá, todavia, recair:*

*I - em pessoa indicada, de comum acordo, pelas partes;*

*II - em uma das partes, desde que ofereça maiores garantias e preste caução idônea.*

*Art. . A entrega dos bens ao depositário far-se-á logo depois que este assinar o compromisso.*

*Parágrafo único. Se houver resistência, o depositário solicitará ao juiz a requisição de força policial.*

### *Seção III*

#### *Da Caução*

*Art. . A caução pode ser real ou fidejussória.*

*Art. . Quando a lei não determinar a espécie de caução, esta poderá ser prestada mediante depósito em dinheiro, papéis de crédito, títulos da União ou dos Estados, pedras e metais preciosos, hipoteca, penhor e fiança.*

*Art. . A caução pode ser prestada pelo interessado ou por terceiro.*

*Art. . Aquele que for obrigado a dar caução requererá a citação da pessoa a favor de quem tiver de ser prestada, indicando na petição inicial:*

*I - o valor a caucionar;*

*II - o modo pelo qual a caução vai ser prestada;*

*III - a estimativa dos bens;*

*IV - a prova da suficiência da caução ou da idoneidade do fiador.*

*Art. . Aquele em cujo favor há de ser dada a caução requererá a citação do obrigado para que a preste, sob pena de incorrer na sanção que a lei ou o contrato cominar para a falta.*

*Art. . O requerido será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, aceitar a caução (art. 829), prestá-la (art. 830), ou contestar o pedido.*

*Art. . O juiz proferirá imediatamente a sentença:*

*I - se o requerido não contestar;*

*II - se a caução oferecida ou prestada for aceita;*

*III - se a matéria for somente de direito ou, sendo de direito e de fato, já não houver necessidade de outra prova.*

*Art. . Contestado o pedido, o juiz designará audiência de instrução e julgamento, salvo o disposto no no III do artigo anterior.*

*Art. . Julgando procedente o pedido, o juiz determinará a caução e assinará o prazo em que deve ser prestada, cumprindo-se as diligências que forem determinadas.*

*Parágrafo único. Se o requerido não cumprir a sentença no prazo estabelecido, o juiz declarará:*

*I - no caso do art. 829, não prestada a caução;*

*II - no caso do art. 830, efetivada a sanção que cominou.*

*Art. . O autor, nacional ou estrangeiro, que residir fora do Brasil ou dele se ausentar na pendência da demanda, prestará, nas ações que intentar, caução suficiente às custas e honorários de advogado da parte contrária, se não tiver no Brasil bens imóveis que lhes assegurem o pagamento.*

*Art. . Não se exigirá, porém, a caução, de que trata o artigo antecedente:*

*I - na execução fundada em título extrajudicial;*

*II - na reconvenção.*

*Art. . Verificando-se no curso do processo que se desfaleceu a garantia, poderá o interessado exigir reforço da caução. Na petição inicial, o requerente justificará o pedido, indicando a depreciação do bem dado em garantia e a importância do reforço que pretende obter.*

*Art. . Julgando procedente o pedido, o juiz assinará prazo para que o obrigado reforce a caução. Não sendo cumprida a sentença, cessarão os efeitos da caução prestada, presumindo-se que o autor tenha desistido da ação ou o recorrente desistido do recurso.*

#### *Seção IV*

##### *Da Busca e Apreensão*

*Art. . O juiz pode decretar a busca e apreensão de pessoas ou de coisas.*

*Art. . Na petição inicial exporá o requerente as razões justificativas da medida e da ciência de estar a pessoa ou a coisa no lugar designado.*

*Art. . A justificação prévia far-se-á em segredo de justiça, se for indispensável. Provado quanto baste o alegado, expedir-se-á o mandado que conterá:*

*I - a indicação da casa ou do lugar em que deve efetuar-se a diligência;*

*II - a descrição da pessoa ou da coisa procurada e o destino a lhe dar;*

*III - a assinatura do juiz, de quem emanar a ordem.*

*Art. . O mandado será cumprido por dois oficiais de justiça, um dos quais o lerá ao morador, intimando-o a abrir as portas.*

*§ 1º Não atendidos, os oficiais de justiça arrombarão as portas externas, bem como as internas e quaisquer móveis onde presumam que esteja oculta a pessoa ou a coisa procurada.*

*§ 2º Os oficiais de justiça far-se-ão acompanhar de duas testemunhas.*

*§ 3º Tratando-se de direito autoral ou direito conexo do artista, intérprete ou executante, produtores de fonogramas e organismos de radiodifusão, o juiz designará, para acompanharem os oficiais de justiça, dois peritos aos quais incumbirá confirmar a ocorrência da violação antes de ser efetivada a apreensão.*

*Art. . Finda a diligência, lavrarão os oficiais de justiça auto circunstanciado, assinando-o com as testemunhas.*

#### *Seção V*

##### *Da Exibição*

*Art. . Tem lugar, como procedimento preparatório, a exibição judicial:*

*I - de coisa móvel em poder de outrem e que o requerente repute sua ou tenha interesse em conhecer;*

*II - de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios;*

*III - da escrituração comercial por inteiro, balanços e documentos de arquivo, nos casos expressos em lei.*

*Art. . Observar-se-á, quanto ao procedimento, no que couber, o disposto nos arts. 355 a 363, e 381 e 382.*

## *Seção VI*

### *Da Produção Antecipada de Provas*

*Art. . A produção antecipada da prova pode consistir em interrogatório da parte, inquirição de testemunhas e exame pericial.*

*Art. . Far-se-á o interrogatório da parte ou a inquirição das testemunhas antes da propositura da ação, ou na pendência desta, mas antes da audiência de instrução:*

*I - se tiver de ausentar-se;*

*II - se, por motivo de idade ou de moléstia grave, houver justo receio de que ao tempo da prova já não exista, ou esteja impossibilitada de depor.*

*Art. . O requerente justificará sumariamente a necessidade da antecipação e mencionará com precisão os fatos sobre que há de recair a prova.*

*Parágrafo único. Tratando-se de inquirição de testemunhas, serão intimados os interessados a comparecer à audiência em que prestará o depoimento.*

*Art. . Havendo fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação, é admissível o exame pericial.*

*Art. . A prova pericial realizar-se-á conforme o disposto nos arts. 420 a 439.*

*Art. . Tomado o depoimento ou feito exame pericial, os autos permanecerão em cartório, sendo lícito aos interessados solicitar as certidões que quiserem.*

## *Seção VII*

### *Dos Alimentos Provisionais*

*Art. . É lícito pedir alimentos provisionais:*

*I - nas ações de desquite e de anulação de casamento, desde que estejam separados os cônjuges;*

*II - nas ações de alimentos, desde o despacho da petição inicial;*

*III - nos demais casos expressos em lei.*

*Parágrafo único. No caso previsto no no I deste artigo, a prestação alimentícia devida ao requerente abrange, além do que necessitar para sustento, habitação e vestuário, as despesas para custear a demanda.*

*Art. . Ainda que a causa principal penda de julgamento no tribunal, processar-se-á no primeiro grau de jurisdição o pedido de alimentos provisionais.*

*Art. . Na petição inicial, exporá o requerente as suas necessidades e as possibilidades do alimentante.*

*Parágrafo único. O requerente poderá pedir que o juiz, ao despachar a petição inicial e sem audiência do requerido, lhe arbitre desde logo uma mensalidade para manutenção.*

## *Seção VIII*

### *Do Arrolamento de Bens*

*Art. . Procede-se ao arrolamento sempre que há fundado receio de extravio ou de dissipação de bens.*

*Art. . Pode requerer o arrolamento todo aquele que tem interesse na conservação dos bens.*

*§ 1o O interesse do requerente pode resultar de direito já constituído ou que deva ser declarado em ação própria.*

*§ 2o Aos credores só é permitido requerer arrolamento nos casos em que tenha lugar a arrecadação de herança.*

*Art. . Na petição inicial exporá o requerente:*

*I - o seu direito aos bens;*

*II - os fatos em que funda o receio de extravio ou de dissipação dos bens.*

*Art. . Produzidas as provas em justificação prévia, o juiz, convencendo-se de que o interesse do requerente corre sério risco, deferirá a medida, nomeando depositário dos bens.*

*Parágrafo único. O possuidor ou detentor dos bens será ouvido se a audiência não comprometer a finalidade da medida.*

*Art. . O depositário lavrará auto, descrevendo minuciosamente todos os bens e registrando quaisquer ocorrências que tenham interesse para sua conservação.*

*Art. . Não sendo possível efetuar desde logo o arrolamento ou concluí-lo no dia em que foi iniciado, apor-se-ão selos nas portas da casa ou nos móveis em que estejam os bens, continuando-se a diligência no dia que for designado.*

## *Seção IX*

### *Da Justificação*

*Art. . Quem pretender justificar a existência de algum fato ou relação jurídica, seja para simples documento e sem caráter contencioso, seja para servir de prova em processo regular, exporá, em petição circunstanciada, a sua intenção.*

*Art. . Salvo nos casos expressos em lei, é essencial a citação dos interessados.*

*Parágrafo único. Se o interessado não puder ser citado pessoalmente, intervirá no processo o Ministério Público.*

*Art. . A justificação consistirá na inquirição de testemunhas sobre os fatos alegados, sendo facultado ao requerente juntar documentos.*

*Art. . Ao interessado é lícito contraditar as testemunhas, reinquiri-las e manifestar-se sobre os documentos, dos quais terá vista em cartório por 24 (vinte e quatro) horas.*



*Art. . No processo de justificação não se admite defesa nem recurso.*

*Art. A justificação será afinal julgada por sentença e os autos serão entregues ao requerente independentemente de traslado, decorridas 48 (quarenta e oito) horas da decisão.*

*Parágrafo único. O juiz não se pronunciará sobre o mérito da prova, limitando-se a verificar se foram observadas as formalidades legais.*

## *Seção X*

### *Dos Protestos, Notificações e Intepelações*

*Art. . Todo aquele que desejar prevenir responsabilidade, prover a conservação e ressalva de seus direitos ou manifestar qualquer intenção de modo formal, poderá fazer por escrito o seu protesto, em petição dirigida ao juiz, e requerer que do mesmo se intime a quem de direito.*

*Art. . Na petição o requerente exporá os fatos e os fundamentos do protesto.*

*Art. . O juiz indeferirá o pedido, quando o requerente não houver demonstrado legítimo interesse e o protesto, dando causa a dúvidas e incertezas, possa impedir a formação de contrato ou a realização de negócio lícito.*

*Art. . Far-se-á a intimação por editais:*

*I - se o protesto for para conhecimento do público em geral, nos casos previstos em lei, ou quando a publicidade seja essencial para que o protesto, notificação ou interpelação atinja seus fins;*

*II - se o citando for desconhecido, incerto ou estiver em lugar ignorado ou de difícil acesso;*

*III - se a demora da intimação pessoal puder prejudicar os efeitos da interpelação ou do protesto.*

*Parágrafo único. Quando se tratar de protesto contra a alienação de bens, pode o juiz ouvir, em 3 (três) dias, aquele contra quem foi dirigido, desde que lhe pareça haver no pedido ato emulativo, tentativa de extorsão, ou qualquer outro fim ilícito, decidindo em seguida sobre o pedido de publicação de editais.*

*Art. . O protesto ou interpelação não admite defesa nem contraprotesto nos autos; mas o requerido pode contraprotestar em processo distinto.*

*Art. . Feita a intimação, ordenará o juiz que, pagas as custas, e decorridas 48 (quarenta e oito) horas, sejam os autos entregues à parte independentemente de traslado.*

*Art. . Nos casos previstos em lei processar-se-á a notificação ou interpelação na conformidade dos artigos antecedentes.*

## *Seção XI*

### *Da Homologação do Penhor Legal*

*Art. . Tomado o penhor legal nos casos previstos em lei, requererá o credor, ato contínuo, a homologação. Na petição inicial, instruída com a conta pormenorizada das despesas, a tabela dos preços e a relação dos objetos retidos, pedirá a citação do devedor para, em 24 (vinte e quatro) horas, pagar ou alegar defesa.*

*Parágrafo único. Estando suficientemente provado o pedido nos termos deste artigo, o juiz poderá homologar de plano o penhor legal.*

*Art. . A defesa só pode consistir em:*

*I - nulidade do processo;*

*II - extinção da obrigação;*

*III - não estar a dívida compreendida entre as previstas em lei ou não estarem os bens sujeitos a penhor legal.*

*Art. . Em seguida, o juiz decidirá; homologando o penhor, serão os autos entregues ao requerente 48 (quarenta e oito) horas depois, independentemente de traslado, salvo se, dentro desse prazo, a parte houver pedido certidão; não sendo homologado, o objeto será entregue ao réu, ressalvado ao autor o direito de cobrar a conta por ação ordinária.*

## *Seção XII*

### *Da Posse em Nome do Nascituro*

*Art. . A mulher que, para garantia dos direitos do filho nascituro, quiser provar seu estado de gravidez, requererá ao juiz que, ouvido o órgão do Ministério Público, mande examiná-la por um médico de sua nomeação.*

*§ 1o O requerimento será instruído com a certidão de óbito da pessoa, de quem o nascituro é sucessor.*

*§ 2o Será dispensado o exame se os herdeiros do falecido aceitarem a declaração da requerente.*

*§ 3o Em caso algum a falta do exame prejudicará os direitos do nascituro.*

*Art. . Apresentado o laudo que reconheça a gravidez, o juiz, por sentença, declarará a requerente investida na posse dos direitos que assistam ao nascituro.*

*Parágrafo único. Se à requerente não couber o exercício do pátrio poder, o juiz nomeará curador ao nascituro.*

## *Seção XIII*

### *Do Atentado*

*Art. . Comete atentado a parte que no curso do processo:*

*I - viola penhora, arresto, seqüestro ou imissão na posse;*

*II - prossegue em obra embargada;*

*III - pratica outra qualquer inovação ilegal no estado de fato.*

*Art. . A petição inicial será autuada em separado, observando-se, quanto ao procedimento, o disposto nos arts. 802 e 803.*

*Parágrafo único. A ação de atentado será processada e julgada pelo juiz que conheceu originariamente da causa principal, ainda que esta se encontre no tribunal.*

*Art. . A sentença, que julgar procedente a ação, ordenará o restabelecimento do estado anterior, a suspensão da causa principal e a proibição de o réu falar nos autos até a purgação do atentado.*

*Parágrafo único. A sentença poderá condenar o réu a ressarcir à parte lesada as perdas e danos que sofreu em consequência do atentado.*

## *Seção XIV*

### *Do Protesto e da Apreensão de Títulos*

*Art. . O protesto de títulos e contas judicialmente verificadas far-se-á nos casos e com observância da lei especial.*

*Art. . O oficial intimará do protesto o devedor, por carta registrada ou entregando-lhe em mãos o aviso.*

*Parágrafo único. Far-se-á, todavia, por edital, a intimação:*

- I - se o devedor não for encontrado na comarca;*
- II - quando se tratar de pessoa desconhecida ou incerta.*

*Art. . Se o oficial opuser dúvidas ou dificuldades à tomada do protesto ou à entrega do respectivo instrumento, poderá a parte reclamar ao juiz. Ouvido o oficial, o juiz proferirá sentença, que será transcrita no instrumento.*

*Art. . O juiz poderá ordenar a apreensão de título não restituído ou sonegado pelo emitente, sacado ou aceitante; mas só decretará a prisão de quem o recebeu para firmar aceite ou efetuar pagamento, se o portador provar, com justificação ou por documento, a entrega do título e a recusa da devolução.*

*Parágrafo único. O juiz mandará processar de plano o pedido, ouvirá depoimentos se for necessário e, estando provada a alegação, ordenará a prisão.*

*Art. . Cessará a prisão:*

- I - se o devedor restituir o título, ou pagar o seu valor e as despesas feitas, ou o exhibir para ser levado a depósito;*
- II - quando o requerente desistir;*
- III - não sendo iniciada a ação penal dentro do prazo da lei;*
- IV - não sendo proferido o julgado dentro de 90 (noventa) dias da data da execução do mandado.*

*Art. . Havendo contestação do crédito, o depósito das importâncias referido no artigo precedente não será levantado antes de passada em julgado a sentença.*

## *Seção XV*

### *De Outras Medidas Provisionais*

*Art. . O juiz poderá ordenar ou autorizar, na pendência da ação principal ou antes de sua propositura:*

- I - obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida;*
- II - a entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos;*
- III - a posse provisória dos filhos, nos casos de separação judicial ou anulação de casamento;*
- IV - o afastamento do menor autorizado a contrair casamento contra a vontade dos pais;*
- V - o depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente por seus pais, tutores ou curadores, ou por eles induzidos à prática de atos contrários à lei ou à moral;*
- VI - o afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal;*
- VII - a guarda e a educação dos filhos, regulado o direito de visita que, no interesse da criança ou do adolescente, pode, a critério do juiz, ser extensivo a cada um dos avós;*
- VIII - a interdição ou a demolição de prédio para resguardar a saúde, a segurança ou outro interesse público.*

*Art. . Na aplicação das medidas enumeradas no artigo antecedente observar-se-á o procedimento estabelecido nos arts. 801 a 803.*

*Parágrafo único. Em caso de urgência, o juiz poderá autorizar ou ordenar as medidas, sem audiência do requerido."*

## JUSTIFICATIVA

As últimas reformas ao CPC trouxeram significativa mudança e evolução na tutela de urgência, com a inclusão do instituto da tutela antecipada, que, juntamente com a cautelar, atendem a necessidade de prestação jurisdicional efetiva e célere. A rigor, nem mesmo a tutela de evidência do projeto constitui novidade, já prevista no inc. II do art. 273 do atual CPC.

Por outro lado, a retirada dos institutos da cautelar e da tutela antecipada, que possuem requisitos próprios e mais objetivos que a tutela de evidência, amplia demasiadamente os poderes subjetivos do juiz e retira qualquer parâmetro objetivo para que sejam requeridas e deferidas.

Além disso, a modificação de institutos consagrados e efetivos levará a um efeito protelatório nessas tutelas emergenciais, pois dependerá de ajustes de interpretação na doutrina e na jurisprudência, o que contraria o espírito de celeridade e efetividade declarado no projeto.

O princípio do devido processo legal admite a entrega provisória do bem da vida ao autor somente se houver impossibilidade concreta de esperar pelo contraditório. Tal como está, a tutela de urgência desequilibra a situação das partes perante o Poder Judiciário e distribui de forma desarrazoada o ônus do tempo de espera no processo civil.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2011

Deputado **Augusto Coutinho**